

**PENSANDO UMA CLÍNICA PSICOLÓGICA SENSÍVEL ÀS SUBJETIVIDADES  
DISSIDENTES DE GÊNERO E SEXUALIDADE LGBTQIAP+***THINKING ABOUT A PSYCHOLOGICAL CLINIC SENSITIVE TO GENDER- AND  
SEXUALITY-DISSIDENT SUBJECTIVITIES LGBTQIAP+**PENSANDO UNA CLÍNICA PSICOLÓGICA SENSIBLE A LAS SUBJETIVIDADES  
DISIDENTES DE GÉNERO Y SEXUALIDAD LGBTQIAP+**PENSER UNE CLINIQUE PSYCHOLOGIQUE SENSIBLE AUX SUBJECTIVITES  
DISSIDENTES DE GENRE ET DE SEXUALITE LGBTQIAP+*

Dárya Willyanne de Moura Cezario da Silva

Rubem Viana de Carvalho

**Resumo:** Nesta pesquisa, objetivou-se identificar as experiências individuais e coletivas de violência vivenciadas pela população LGBTQIAPN+, bem como analisar os padrões e contextos específicos nos quais tais práticas de violência e opressão se manifestam. Para subsidiar a aproximação empírica com esses relatos, adotou-se como referencial o documento “*Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs*”, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019). A partir desse conjunto heterogêneo de relatos, foi possível identificar múltiplas formas de violência dirigidas à população LGBTQIAPN+, dentre as quais se destaca a violência psicológica, física, autodirigida e sexual. Ao longo da análise, evidenciou-se a relevância do cumprimento dos códigos de ética e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia por parte dos profissionais, como forma de assegurar a integridade dos sujeitos atendidos e a qualificação do exercício profissional. Tal compromisso implica, ainda, o reconhecimento e a defesa de direitos, bem como a promoção de transformações sociais que contribuam para o bem-estar dessa população. Nesse sentido, propõe-se, como possibilidade de acolhimento, uma prática clínica de orientação existencial, inspirada no pensamento de *Kierkegaard* - denominada “*experimenta-te*”. Essa abordagem fomenta uma perspectiva analítica que compreende gênero e sexualidade como construções performativas e historicamente situadas, distanciando-se de concepções essencialistas que as tomam como dimensões fixas ou naturalizadas do ser.

**Palavras-chave:** LGBTQIAPN+; Violência; Prática clínica; Experimenta-te.

**Abstract:** In this research, the aim was to identify the individual and collective experiences of violence faced by the LGBTQIAPN+ population, as well as to analyze the specific patterns and contexts in which such practices of violence and oppression occur. To support the empirical approach to these reports, the document “*Attempts to Annihilate LGBTQI Subjectivities*,” published by the Federal Council of Psychology (2019), was adopted as a reference. From this heterogeneous set of reports, it was possible to identify multiple forms of violence directed at the LGBTQIAPN+ population, among which psychological, physical, self-directed, and sexual violence stand out. Throughout the analysis, the relevance of complying with the codes of ethics and the guidelines established by the Federal Council of Psychology by professionals was evidenced, as a way to ensure the integrity of the individuals served and the quality of professional practice. Such a commitment also entails the recognition and defense of rights, as well as the promotion of social transformations that contribute to the well-being of this population. In this sense, it is proposed, as a possibility for support, a clinical practice of existential guidance, inspired by *Kierkegaard*'s thought, called “*experimenta-te*.” This approach fosters an analytical perspective that understands gender and sexuality as performative and historically situated constructs, distancing itself from essentialist conceptions that regard them as fixed or naturalized dimensions of being.

**Keywords:** LGBTQIAPN+; Violence; Clinical practice; Experimenting.

**Resumen:** En esta investigación, se tuvo como objetivo identificar las experiencias individuales y colectivas de violencia vividas por la población LGBTQIAPN+, así como analizar los patrones y contextos específicos en los que tales prácticas de violencia y opresión se manifiestan. Para respaldar el acercamiento empírico a esos relatos, se adoptó como referencial el documento *“Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs”*, publicado por el Consejo Federal de Psicología (2019). A partir de ese conjunto heterogéneo de relatos, fue posible identificar múltiples formas de violencia dirigidas a la población LGBTQIAPN+, entre las cuales se destacan la violencia psicológica, física, autodirigida y sexual. A lo largo del análisis, se evidenció la relevancia del cumplimiento, por parte de los profesionales, de los códigos de ética y de las directrices establecidas por el Consejo Federal de Psicología, como forma de asegurar la integridad de las personas atendidas y la calificación del ejercicio profesional. Tal compromiso implica, además, el reconocimiento y la defensa de derechos, así como la promoción de transformaciones sociales que contribuyan al bienestar de esa población. En ese sentido, se propone, como posibilidad de acogida, una práctica clínica de orientación existencial, inspirada en el pensamiento de Kierkegaard — denominada “experimentate”. Este enfoque fomenta una perspectiva analítica que comprende el género y la sexualidad como construcciones performativas e históricamente situadas, alejándose de concepciones esencialistas que los toman como dimensiones fijas o naturalizadas del ser.

**Palabras clave:** LGBTQIAPN+; Violencia; Práctica clínica; Experimentate.

**Résumé:** Cette recherche visait à identifier les expériences individuelles et collectives de violence vécues par la population LGBTQIAPN+, ainsi qu'à analyser les schémas et les contextes spécifiques dans lesquels ces pratiques de violence et d'oppression se manifestent. Pour étayer l'approche empirique de ces récits, le document « *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs* », publié par le Conseil Fédéral de Psychologie (2019), a été adopté comme référence. À partir de cet ensemble hétérogène de récits, il a été possible d'identifier de multiples formes de violence dirigées contre la population LGBTQIAPN+, parmi lesquelles se distinguent la violence psychologique, physique, autodirigée et sexuelle. Au fil de l'analyse, l'importance du respect, par les professionnels, des codes de déontologie et des lignes directrices établies par le Conseil Fédéral de Psychologie a été mise en évidence, comme moyen de garantir l'intégrité des personnes accompagnées et la qualité de l'exercice professionnel. Cet engagement implique également la reconnaissance et la défense des droits, ainsi que la promotion de transformations sociales qui contribuent au bien-être de cette population. En ce sens, il est proposé, comme possibilité d'accueil, une pratique clinique d'orientation existentielle, inspirée de la pensée de Kierkegaard — appelée « expérimente-toi ». Cette approche encourage une perspective analytique qui comprend le genre et la sexualité comme des constructions performatives et historiquement situées, s'éloignant des conceptions essentialistes qui les considèrent comme des dimensions fixes ou naturalisées de l'être.

**Mots-clés:** LGBTQIAPN+ ; Violence ; Pratique clinique ; Expérimente-toi.

## 1 Introdução

Para Kierkegaard (1813-1855) - precursor do existencialismo - o profissional de psicologia, mais que qualquer outro profissional, tem o direito de se faltar com “a multiplicidade borbulhante da vida” (2013, p.25). Por essa via, o filósofo em *O conceito de angústia* (1844/2013) tece críticas à psicologia de sua época, que para ele, busca tornar tudo um estado. Havendo um interesse do psicólogo pela subjetividade, porém, buscando colocá-las em caixas e categorias; em uma curiosidade que antipatiza.

A partir dessa perspectiva, podemos considerar, que tanto na patologização cientificista, quanto na categorização antidentitária proposta pela teoria queer, há um “jejum” da vida (2013, p.25). Analisando pela via sócio-política, reconhecer um público LGBT pode ter fundamento; já na clínica, é preciso se atentar aos perigos da categorização dessa via; visto que, para Kierkegaard, o agrupamento tira a singularidade do ser (2022, p.59). Assim, na clínica, a categorização pode criar uma barreira entre a pessoa analisada e a analista, gerando um distanciamento na experiência própria do ser.

Considerando que o indivíduo é indissociável do contexto histórico e sociocultural no qual está inserido, a clínica psicológica deve necessariamente alinhar-se a essas determinações para que o acolhimento seja ético e adequado. Nesse sentido, é

fundamental reconhecer o percurso histórico marcado pela demonização, discriminação e patologização da população LGBTQIAPN+ (Toledo; Pinafi, 2012), bem como o fato de que tais processos, por vezes, foram reproduzidos e reforçados por determinados profissionais da Psicologia, conforme evidenciado nos casos analisados no documento *“Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs”*, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019).

Torna-se necessário pensar e consolidar uma prática clínica psicológica sensível às subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade da população LGBTQIAPN+. Tal perspectiva implica a ampliação da compreensão acerca das experiências individuais e coletivas desses sujeitos, bem como a identificação dos padrões e contextos específicos nos quais se configuram as diversas formas de violência e opressão. Para fundamentar essa análise, adota-se como referencial teórico o documento *“Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs”*, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019).

Serão analisadas as principais formas de violência evidenciadas nos casos que se encontram em desacordo com as normas e os compromissos éticos da Psicologia. Nesse contexto, propõe-se a ampliação de espaços de escuta qualificada, de modo a possibilitar que tais vozes sejam acolhidas sem a imposição de pressupostos ou categorizações reducionistas. Parte-se do entendimento de que a escuta constitui elemento central da prática clínica.

Temos por objetivo geral: Analisar, as formas de violências psicológicas e sociais retratadas nos casos do livro *“Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs”*, do Conselho Federal de Psicologia, articulando tais achados às normativas éticas e legais da profissão, a fim de subsidiar a proposição de práticas clínicas sensíveis às vivências da população LGBTQIAPN+, à luz da Psicologia Existencial de *Kierkegaard*. E específicos: Descrever, a partir da análise de conteúdo dos casos, as principais formas de violências psicológicas e sociais vivenciadas pela população LGBTQIAPN+; Apontar as infrações éticas e legais cometidas por profissionais de Psicologia nos casos estudados, com base no Código de Ética Profissional do Psicólogo e na legislação pertinente à LGBTfobia; Interpretar os sentidos atribuídos às experiências de violência nos relatos, considerando seus contextos sócio-históricos, conforme a abordagem qualitativa proposta; Articular os achados empíricos com a literatura científica e com a Psicologia Existencial, especialmente a partir de *Kierkegaard*, para aprofundar a compreensão das subjetividades analisadas.

## 2 Metodologia

Buscando nos aproximar da história por trás da palavra, da pluralidade psicossocial e da realidade vivenciada pelas subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade; pautamos nossa pesquisa em uma perspectiva qualitativa. A pesquisa qualitativa é referência nas ciências sociais, por permitir que o pesquisador se aproxime de seu objeto de estudo, partindo da realidade vivenciada em campo pelo grupo estudado (Minayo, 2007).

Após a definição do tema, delimitamos nosso meio de pesquisa ao livro *“Tentativa de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs”* do Conselho Federal de Psicologia; propondo um aprofundamento e apontamento das principais infrações cometidas pelos psicólogos à população LGBTQIAPN+. Para Franco (2005), o tema é considerado a mais útil unidade de registro em análise de conteúdo e sua delimitação é essencial para evitar equívocos, prejuízos e limitações na pesquisa (Holsti, 1969 *apud* Franco, 2005).

O tipo de pesquisa utilizado é a exploratória; para Minayo (2007), a tipografia exploratória é primordial em uma pesquisa qualitativa, por permitir demarcar as atividades que antecedem e estruturam a pesquisa. Ocorrendo nessa fase exploratória a definição do objeto de pesquisa, o marco teórico conceitual e os instrumentos de coleta de dados.

O levantamento de dados foi realizado por meio da revisão bibliográfica, juntamente com a pesquisa documental a partir dos casos presentes no livro: “Tentativa de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”. A pesquisa documental, valendo-se da coleta indireta de dados a partir da análise de documentos. Conforme Gil (2010), são considerados documentos qualquer objeto social que possa contribuir para o esclarecimento de algo ou de determinado fenômeno. Esse tipo de pesquisa utiliza-se tanto de documentos cursivos, criados por órgãos governamentais, quanto de documentos episódicos, pessoais e ou visuais produzidos pelas comunicações de massa.

O tratamento dos dados foi realizado por via da análise de conteúdo, que se baseia nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem; considerando as mudanças sócio-históricas, e sua relação direta com a linguagem, pensamento e ação do grupo delimitado. Permitindo que o pesquisador busque de forma descritiva, analítica e interpretativa os sentidos que os indivíduos e grupos sociais distintos dão às mensagens verbais e simbólicas apresentadas (Franco, 2005).

Para realização da pesquisa, foi feita uma leitura crítica das entrevistas apresentadas no livro “Tentativa de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, buscando identificar nos discursos, as principais formas de violência sofrida pela população LGTBQIAPN+; bem como, as principais infrações cometidas por profissionais de psicologia, quando em acolhimento clínico dessa população e, apontar, a partir dessas, prática clínica que sejam mais sensíveis às experiências individuais e coletivas desses indivíduos.

As fontes utilizadas para a realização de pesquisa e análise dos dados incluíram o “Código de Ética Profissional do Psicólogo” e o texto “Tentativa de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs” presentes no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP); bem como textos clássicos da psicologia existencial, sendo esses “Conceito de angústia”, “Doença para a morte”. Os artigos utilizados na discussão teórica foram retirados do site Scielo e Google Acadêmico. Também foram utilizadas como fontes na discussão teórica as obras “Quanto ao futuro: do feminino mais além do falo à escrita feminina em Clarice Lispector” e “O segundo sexo”.

A partir desses, nos propomos a articular as conclusões surgidas em dados concretos de violência e infrações relatados nas entrevistas, com o conhecimento de normativas legais como a lei de LGTBfobia e as resoluções do código de ética nos principais casos analisados; a fim de propor e reforçar a realização de uma prática clínica ética e sensível às subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade LGTBQIAPN+.

### 3 Discussão teórica

#### 3.1 Gênero e sexualidade sob uma perspectiva existencialista

o homem nasce nu, e nada traz consigo para o mundo; (...) todo homem precisa adquirir as condições para a sua vida (Kierkegaard, [1843] 2023).

Contrária a ideia de “adquirir a si”, em um fazer-se constante; a filosofia essencialista iniciou-se na Grécia Antiga e, teve como um de seus principais representantes Platão. Platão defendia que tudo que se altera com o tempo, não pode ser encarado como verdadeiro; buscando assim a essência das coisas, aquilo que estaria no supratemporal e teria um caráter universal, pertencente ao “mundo das ideias” (Nodari, 2004).

A corrente essencialista, permeia e permeou muitos pensamentos ao longo da história da humanidade. A ideia de uma “essência feminina”, uma “essência masculina” e, a lógica cientificista, por exemplo, se aproximam muito da definição platônica do “mundo das ideias”, ao se propor buscar fatores universais; desconsiderando os fatores sensíveis e singulares que os entrelaçam (Nodari, 2004). Esse aspecto singular, por sua vez, passa a ser evidenciado pela corrente filosófica do existencialismo, que surge na contemporaneidade, se contrapondo ao pensamento essencialista (Germano, 2014).

Nessa corrente, a existência é considerada enquanto algo em construção, um constante “devir”, em caráter de continuidade; considerando os aspectos singulares do indivíduo, que fogem da lógica universal e quantificável (Germano, 2014). Nesse sentido, a corrente existencialista se entrelaça ao conceito de gênero de forma mais popular, na obra “O Segundo Sexo” da filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986); onde ela apresenta a colocação de que “não se nasce mulher, torna-se”, desconsiderando assim, uma “essência feminina”, Beauvoir apresenta:

É somente dentro de uma perspectiva humana que se podem comparar o macho e a fêmea dentro da espécie humana. Mas a definição do homem é que ele é um ser que não é dado, que se faz ser o que é. Como o disse muito justamente Merleau-Ponty, **o homem não é uma espécie na-tural: é uma ideia histórica. A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser**; é no seu vir a ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas possibilidades (Beauvoir, [1949] 2016 p. 62, destaques nossos).

A posição de gênero enquanto algo que não está dado em uma essência, mas caracterizada em uma “ideia histórica”, em possibilidade ao “vir a ser”; se aproxima do pensamento de Scott (1995, p.71), que ao trazer inicialmente em seu estudo, a definição de gênero para o dicionário e, apontar em seguida que, “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideais e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história”.

Fortalece o conceito existencialista, de que considerar unicamente uma ideia binária e essencialista de gênero, nos levar a desconsiderar o real, o existir, a história cultural e singular dos indivíduos; aquilo que não se dissocia do tempo. Visto que, a subjetividade humana, não deve ser percebida desconsiderando o seu entorno social e suas relações de poder; que se apresenta entre os sujeitos, grupos e instituições a cada movimento histórico e instantâneo do existir (Pifani; Toledo, 2012).

Nessa perspectiva, Judith Butler (1993) argumenta que a constituição da identidade, seja de gênero ou sexual, ocorre precisamente por meio da repetição de atos performáticos e discursivos, isto é, na reiterabilidade dessas práticas (Butler, 2012, p. 7 apud Pifani; Toledo, 2012, p.144). Em consonância com essa compreensão, Friedman (2002) destaca que a identidade não é resultado de uma escolha voluntária, como se fosse um objeto externo; ao contrário, os sujeitos são interpelados pelas normas discursivas que os convocam a ocupar determinadas posições identitárias (Friedman, 2002, p. 7 apud Pifani; Toledo, 2012, p.144).

Nessa direção, compreende-se o gênero como uma construção social e histórica, afastando-se de qualquer noção fixa ou essencialista do ser. Tal entendimento dialoga com Simone de Beauvoir, ao evidenciar que o gênero não se configura como dado natural, mas como um processo constituído ao longo do tempo (Beauvoir, p.62). Assim, ao situar o gênero como categoria histórica, torna-se possível problematizar as múltiplas formas de discriminação e violência que emergem de heranças essencialistas, biologizantes e de matriz judaico-cristã (Pifani; Toledo, 2012).

Nesse horizonte analítico, acrescenta-se que tais processos não apenas produzem identidades, mas também regulam corpos e subjetividades, operando como dispositivos de poder que delimitam quais existências são reconhecidas como legítimas. Como aponta Carvalho (2023), “as normas de gênero funcionam como tecnologias de subjetivação que, ao mesmo tempo em que produzem inteligibilidade, também instauram zonas de abjeção para aqueles que escapam à matriz normativa” (Carvalho, 2023).

Conforme discutido por Pifani e Toledo (2012, p.139), observa-se, historicamente, uma mudança significativa: das práticas sexuais compreendidas em si mesmas para a consolidação da homossexualidade como identidade essencial. Esse deslocamento contribuiu para a construção de fronteiras rígidas entre os sexos, estruturando uma hierarquização de caráter moral, discriminatório e limitador das experiências de gênero e sexualidade.

De acordo com Rubin (1989, p. 137; tradução nossa), “os indivíduos cuja conduta aparece no topo dessa hierarquia veem-se recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade física e social, apoio institucional e benefícios materiais”, o que deixa de ocorrer à medida que se descende aos níveis inferiores. Isso ocorre devido à dicotomia do sexo e, conseqüentemente, dos gêneros existentes em todas as sociedades (Rubin, 1989 *apud* Pifani; Toledo, 2012, p. 137).

Nessa lógica hierarquizante, observa-se a organização de uma estrutura em que, no ápice, situam-se os sujeitos que se conformam à heteronormatividade, enquanto, na base, são posicionados aqueles que não se enquadram no modelo cisgênero (Rubin, 1989 *apud* Pifani; Toledo, 2012).

Diante disso, evidencia-se a predominância de um ordenamento sociopolítico marcado pelo binarismo e pelo falocentrismo. Contudo, em tensionamento a essa racionalidade e na direção de “questionar (e transformar) os paradigmas históricos instituídos” (Scott, 1995, p.76), Sobral (2019) apresenta uma reflexão que se alinha à complexidade e à pluralidade das experiências humanas, ao conceber o feminino para além da centralidade do falo.

Nessa perspectiva, o feminino, ou o gênero, compreendido como categoria analítica conforme Joan Scott, não se estabelece em oposição binária ao masculino. Ao contrário, configura-se como uma espécie de paisagem aberta, um campo de possibilidades e de criação que emerge da própria experiência de existir, atravessado por afetos e sentidos que escapam às classificações fixas e se inscrevem no domínio do indizível (Sobral, 2019). Isso porque, conforme argumenta Joan Scott (1995), os processos de classificação se estruturam pela escrita, a qual, por sua vez, frequentemente se distancia da historicidade vivida e da experiência concreta da existência.

Desse modo, torna-se imprescindível a abertura para a experiência do existir, compreendido como uma paisagem em constante expansão, atravessada por possibilidades que, simultaneamente, se configuram como universais e singulares (Germano, 2014). Nessa direção, percebe-se que as compreensões contemporâneas acerca de gênero e sexualidade transitam entre, de um lado, a permanência de uma herança essencialista, arcaica e restritiva e, de outro, a emergência de um horizonte existencialista que aponta para maior liberdade nos modos de sentir, expressar-se e constituir-se socialmente.

Assim, ao deslocar o gênero de uma perspectiva essencialista para compreendê-lo como devir, isto é, como processo aberto, atravessado pela liberdade e não por uma suposta natureza fixa, evidencia-se a necessidade de construção de espaços concretos no tecido social que possibilitem a vivência desse movimento. Trata-se de garantir condições para que os sujeitos possam experienciar a passagem “do não-ser ao ser, da possibilidade à realidade” (Germano, 2014, p.61), sem que isso implique em violências ou tentativas de aniquilamento de suas existências.

Como argumenta Carvalho (2023), as das subjetividades dissidentes só se tornam possível quando há fissuras nas estruturas normativas que historicamente regulam e limitam os modos de existir”, o que exige a sustentação de arranjos sociopolíticos comprometidos com a liberdade, inclusive a liberdade de se nomear ou de recusar classificações de gênero.

Nesse contexto, a psicologia pode assumir um papel fundamental ao se constituir como espaço de materialização dessas possibilidades, atuando a partir de uma perspectiva biopsicossocial. Tal atuação implica acolher as singularidades, reconhecer direitos e tensionar estruturas sociais, promovendo transformações que ampliem o bem-estar coletivo. No campo das questões de gênero, isso se traduz na construção de uma clínica psicológica sensível às subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade LGBTQIAPN+, comprometida com a escuta das experiências individuais e coletivas e com a identificação dos contextos e padrões de violência e opressão que atravessam essas existências.

### **3.2 Pensando uma prática clínica afirmativa e sensível às diversidades**

Moleiro Pinto (2009), em seus estudos, apresenta que ao pensar o processo clínico, devem se considerar os aspectos multifatoriais de etnia, idade, níveis socioeconômicos, gênero, orientação sexual, atravessamentos históricos, cultura dominante, grupos minoritários e a influência desses na constituição do indivíduo. Havendo um contexto histórico de patologização e discriminação da população LGBTQIAPN+, resultando em condutas clínicas antiéticas até os dias atuais.

Apesar da patologização da homossexualidade ter sido retirada do DSM-II em 1973 e, haver uma crescente de abordagens afirmativas e acolhedoras aos clientes culturalmente diversos; ainda se pode encontrar práticas que encaram a não heteronormatividade enquanto uma perturbação de personalidade, ou propõem intervenções de mudança de orientação sexual. Que embora essas condutas sejam decrescentes; é de responsabilidade ética, social e profissional, que os profissionais de psicologia trabalhem pela remoção de estigmas associados às pessoas não heterossexuais (Moleiro; Pinto, 2009).

Levando-nos a pensar como conduzir e manter práticas clínicas sensíveis às diversidades da comunidade LGBTQIAPN+; que apesar de serem pessoas singulares, podem apresentar sofrimentos e necessidades em comum, devido os papéis que ocupam socialmente (Moleiro; Pinto, 2009). Como apresentado por Pinafi e Toledo (2012), a homofobia, por exemplo, é um procedimento social de exclusão e abjeção, direcionado a pessoas que não se enquadram na heteronormatividade, que pode gerar marcas na subjetividade e na percepção de si.

O estudo apresentado por Pinafi e Toledo (2012) ainda aponta que, a homofobia tanto pode ser direcionada por um fator externo e social, quanto pode ser interiorizada; levando a limitações no desenvolvimento social, profissional, sexual e afetivo do sujeito. Assim, os sintomas que podem surgir em consequência da homofobia são múltiplos; tais como:

[...] isolamento, guetificação (dificuldade de se relacionar com “a maioria” heterossexual e dificuldade de criar relações sociais com o sexo oposto), crença de não ser capaz de realizar algumas coisas ou, ao contrário, uma tentativa de ser o melhor para uma supercompensação (em uma autoexigência e perfeccionismo seja na escola, no trabalho, ou nas relações), para citar apenas algumas das consequências mais comuns. Assim, estão sempre num esforço contínuo em se fazerem ver como “aceitáveis” (Pinafi; Toledo, 2012)

Pinafi; Toledo, (2012), apontam ainda que, “os homossexuais interiorizam a violência homofóbica (física ou emocional), reprimindo-a ou deslocando essa violência aos outros, ou a si mesmos”, tornando essa população mais propensa à depressão e atitudes autodestrutivas (p.150). Assim, ao conduzir uma prática sensível às diversidades LGBTQIAPN+ deve-se considerar a natureza interpessoal do processo psicoterápico; que não se deve “ancorar em preceitos morais, religiosos, ou pressuposições heterossexistas que façam referência a um modelo predeterminado de normalidade, de qualquer espécie, em seus posicionamentos analíticos” (Pinafi; Toledo, 2012, p.152). Atentando às dificuldades reais e cotidianas que as pessoas discriminadas enfrentam. Levando-as a assumir e apreciar suas diferenças.

Nesse sentido, Kierkegaard na obra *O conceito da angústia* – sob o pseudônimo Virgilius Haufniensis (1844/2013) aponta um caminho possível para a psicologia; ele propõe uma psicologia experimentante - que experimenta a vida, partindo da experiência para pensar sobre ela - para ele a “atmosfera da Psicologia deve ser a resistência destemida da seriedade, uma angústia descobridora, copiando os contornos da possibilidade.” (Vieira, 2020, p.55).

Onde a resistência, se configura por um aproximar-se da vida, sem definições prontas, compreensões imediatas, determinações do mundo ou senso comum; visto que a compreensão imediata cria barreiras na relação terapêutica. A postura destemida, representa a coragem para resistir ao que o mundo diz, uma vez que, cair no ‘todo mundo’ é distanciar-se do ‘si-mesmo’. Já a seriedade, busca conservar a abertura para a indeterminação própria do existente, que é abertura para as possibilidades em processo de constituição – no devir (Vieira, 2020).

Nessa atmosfera, o psicólogo explora com uma postura de ‘não saber’ e, é nessa angústia do não saber que há o encontro. Pois toda existência é singular, apesar de seus aspectos universais (Vieira, 2020). Nesse sentido, Kierkegaard propõe o resgate estético e sensível da existência. Pondo de lado manuais e protocolos, que pré determinam o olhar do psicólogo frente ao modo de ser do existente; tomando como base primordial a experiência concreta de cada indivíduo em sua singularidade.

Ao considerar a singularidade, não cabe ao psicólogo dar sugestões ao paciente, visto que, toda sugestão tem como ponto de partida a vida daquele que a sugere (nesse exemplo, a perspectiva do psicólogo e não a do paciente); assim, o paciente deve assumir e reconhecer o caminho por si. O psicólogo deve estreitar a relação do indivíduo consigo mesmo, ao ponto de que, próximo de si, o paciente responda por si mesmo e, se responsabilize pela tarefa do existir (Texeira, 2022).

Para Kierkegaard, o objeto de pesquisa do psicólogo existencial deve ser a angústia. Uma vez que, na atmosfera da angústia, o “indivíduo pode relacionar-se consigo mesmo e se aproximar do seu caráter mais próprio. O despertar da angústia pode fazer com que algo irrompa, com que o salto se dê” (Vieira, 2020, p.60). O salto é o instante no qual se revela o caráter de liberdade e de ser-capaz-de no indivíduo. Na clínica, esse instante é visto como um ponto de virada, onde algo diferente se mostra, transforma, ou aproxima, o indivíduo do seu caráter mais próprio. Não sendo esse instante um ponto estático e definitivo, nem possível de ser abarcado pela clínica, por ele acontecer no aspecto misterioso do existir (Vieira, 2020).

Cabendo ao psicólogo estar presente, atento, paciente, interessado e disposto, para ouvir o que se revela. Tomando a própria existência do indivíduo como evidência (De Marca, 2024). O psicólogo deve, no entanto, possuir um elemento diferencial - estar em adição em relação aquele que ajuda; sendo esse elemento, na abordagem existencial, o conhecimento sobre o que é a angústia, o que constitui o indivíduo e o que é desespero; porém, sem recair em uma pura categorização, ou agrupamento do sujeito; preservando

a sua singularidade, sua experiência própria no mundo e, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para que sua voz seja escutada.

#### 4 Análise de dados e discussão

A análise e discussão dos dados foram organizadas em quatro eixos articulados, que possibilitaram uma compreensão mais aprofundada das experiências narradas: inicialmente, realizou-se o reconhecimento das categorias de gênero, sexualidade e faixa etária das pessoas participantes; em seguida, foram examinados os tipos de violências psicológicas e sociais direcionadas a esses sujeitos; posteriormente, investigaram-se os contextos e espaços em que tais violências se manifestaram com maior recorrência; e, por fim, analisaram-se as formas de acolhimento oferecidas a essas pessoas em momentos de maior vulnerabilidade e fragilidade.

O objetivo central desta análise consistiu em examinar as múltiplas formas de violência psicológica e social presentes nos relatos reunidos na obra *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs*, do Conselho Federal de Psicologia, articulando esses achados às normativas éticas e legais que orientam a atuação profissional em Psicologia. Busca-se, assim, não apenas descrever tais violências, mas problematizar os modos pelos quais elas operam na produção e na regulação das subjetividades dissidentes, evidenciando seus impactos nas trajetórias de vida dos sujeitos.

Além disso, a análise propõe subsidiar a construção de práticas clínicas mais sensíveis, éticas e comprometidas com as vivências da população LGBTQIAPN+, considerando suas especificidades e contextos socioculturais. Para tanto, toma-se como referência a Psicologia Existencial de Soren Kierkegaard, especialmente no que se refere à compreensão do sujeito enquanto existente, atravessado por angústias, escolhas e possibilidades. Nesse horizonte, a clínica é concebida como um espaço de escuta e legitimação da existência, capaz de acolher o sofrimento sem reduzi-lo a categorias normativas, abrindo caminhos para a afirmação de modos de ser que resistem às tentativas históricas de silenciamento e aniquilamento.

##### 4.1 Gênero, sexualidade e faixa etária – dados dos participantes

Para a realização da pesquisa, procedeu-se a uma leitura crítica das entrevistas reunidas na obra *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQIs*, com o intuito de identificar, nos discursos apresentados, as principais formas de violência vivenciadas pela população LGBTQIAPN+. Além disso, buscou-se analisar as infrações éticas cometidas por profissionais da psicologia no contexto do acolhimento clínico dessa população, bem como, a partir dessas análises, apontar possibilidades de práticas clínicas mais sensíveis às experiências individuais e coletivas desses sujeitos.

As entrevistas que compõem o livro foram realizadas no período de dezembro de 2017 a março de 2018. Conforme descrito na própria obra, a Conselho Federal de Psicologia, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos e em articulação com as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia, promoveu a escuta de narrativas de pessoas LGBTQIs que foram submetidas a procedimentos e programas voltados à tentativa de modificação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero. Tais intervenções foram conduzidas em diferentes contextos, incluindo os campos psicológico, médico/psiquiátrico, religioso, entre outros (CFP, 2019, p.14).

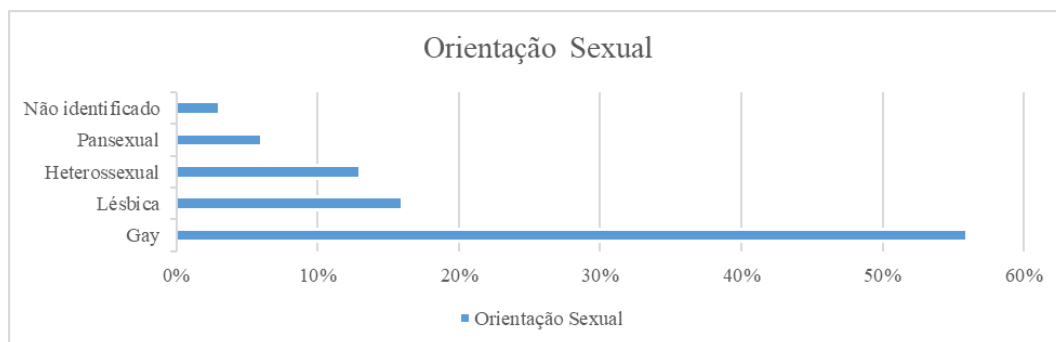
As entrevistas aconteceram “nas cinco regiões do Brasil: 31% no Nordeste; 28% no Sudeste; 22% no Norte; 13% no Centro-Oeste; e 6% no Sul.” Contando com um total de 32

peçoas. “19 dos entrevistados tinham entre 19 e 29 anos; 10 estavam na faixa etária de 30 a 59 anos, 1 tinha mais de 60 anos e 1 não informou a idade.” “56% se autodeclararam gays; 16% lésbicas; 13% heterossexuais; 6% pansexuais e 3% não identificados” (CFP, 2019, p.15).

Quanto à identificação de gênero dos entrevistados, tinham “19 homens cisgênero; 6 mulheres cisgênero; 2 homens transexuais; 2 não binários intersexuais; 1 travesti; 1 mulher transexual e 1 mulher intersexual.” As entrevistas foram lidas e analisadas de acordo com o tipo de violência, gênero, sexualidade, local de ocorrência e acolhimento proposto. (CFP, 2019, p.15).

Os gráficos a seguir apresentam a orientação sexual, faixa etária e identificação de gênero dos participantes do livro:

**Gráfico 1 – Orientação Sexual**



Fonte: Produzido pelos autores.

A análise do Gráfico 1, referente à orientação sexual, evidencia que a maior parte do público entrevistado se autodeclara gay, seguida por pessoas lésbicas, heterossexuais, pansexuais e aquelas que não se identificaram. Esse dado, para além de sua dimensão quantitativa, revela a existência de hierarquizações internas no próprio campo das dissidências sexuais, indicando a presença de “minorias dentro da minoria”.

Articulando esse resultado às discussões teóricas já apresentadas, compreende-se que tais diferenciações estão atravessadas por regimes normativos que produzem maior ou menor inteligibilidade social às identidades. Como aponta Judith Butler, determinadas existências tornam-se mais reconhecíveis na matriz heteronormativa por se aproximarem de seus padrões, enquanto outras são relegadas a zonas de abjeção (Butler, 1993). Nesse sentido, a predominância de pessoas que se identificam como gays pode estar relacionada a uma maior visibilidade social historicamente construída, ainda que marcada por estigmas.

Por outro lado, a menor incidência de outras identidades pode indicar processos de invisibilização e silenciamento. Essa leitura dialoga com a compreensão de que as normas discursivas interpelam os sujeitos, delimitando as possibilidades de identificação e reconhecimento social (Friedman, 2002).

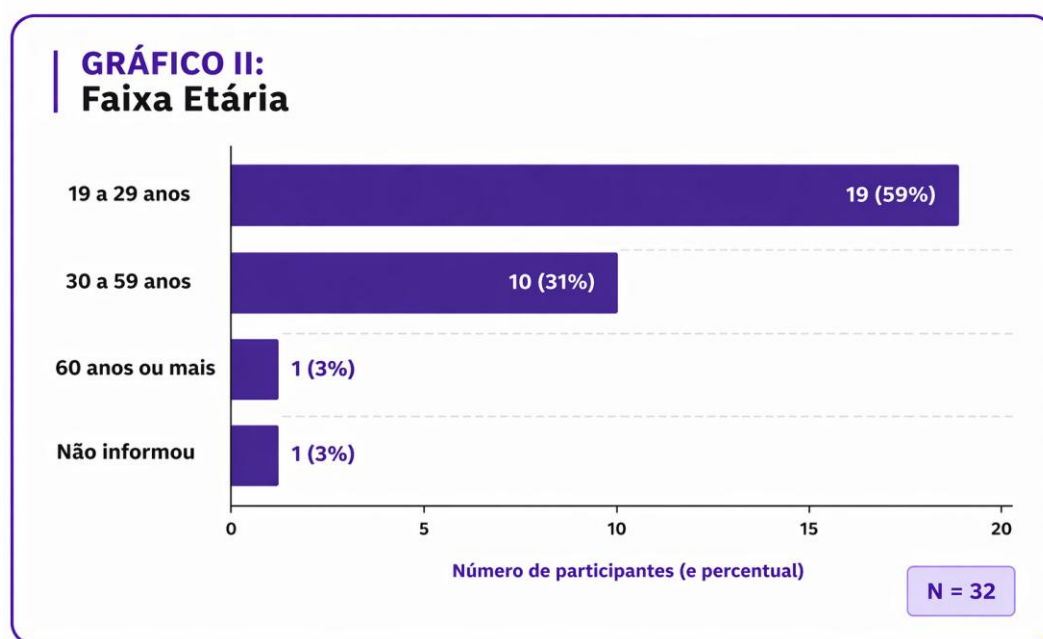
Além disso, conforme destaca Gomes (2021), sujeitos como lésbicas, travestis e transexuais ocupam posições de maior vulnerabilidade social, sobretudo em função da visibilidade estereotipada e da intensificação das violências direcionadas a esses corpos (Gomes, 2021). Tal constatação evidencia que as estruturas sociopolíticas binárias e falocêntricas não apenas organizam diferenças entre masculino e feminino, mas também produzem hierarquias internas entre as próprias identidades dissidentes.

Sob uma perspectiva existencial, essa hierarquização tensiona diretamente a possibilidade de vivência do gênero e da sexualidade enquanto devir. Conforme Kierkegaard, a existência está vinculada à abertura de possibilidades; no entanto, essas

possibilidades são frequentemente limitadas por estruturas sociais normativas (Kierkegaard, 1844). Em consonância com essa análise, Carvalho (2023) afirma que as normas de gênero e sexualidade operam como dispositivos de regulação das subjetividades, delimitando o que pode ou não ser reconhecido como existência legítima (Carvalho, 2023).

Dessa forma, o gráfico não se restringe a apresentar uma distribuição de orientações sexuais, mas evidencia os efeitos das normativas sociais na produção de visibilidade, reconhecimento e vulnerabilidade. Tal compreensão reforça a necessidade de práticas clínicas e sociais comprometidas com a equidade e com o reconhecimento das múltiplas formas de existência da população LGBTQIAPN+.

Gráfico 2 – Faixa Etária



Fonte: Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 15).

Fonte: Produzido pelos autores.

O Gráfico 2 evidencia a distribuição da faixa etária do público entrevistado, demonstrando uma predominância significativa de jovens adultos. Conforme os dados apresentados na obra do Conselho Federal de Psicologia, 59% dos participantes encontram-se na faixa de 19 a 29 anos (19 sujeitos), enquanto 31% estão entre 30 e 59 anos (10 sujeitos). Em contrapartida, apenas 3% possuem 60 anos ou mais (1 sujeito), além de um pequeno percentual que não informou a idade.

Essa concentração de participantes mais jovens pode ser compreendida à luz das transformações socioculturais contemporâneas, que têm ampliado os debates públicos sobre gênero e sexualidade, favorecendo processos de reconhecimento, nomeação das violências e busca por espaços de escuta. Nesse cenário, sujeitos mais jovens tendem a dispor de maior repertório simbólico e político para identificar violências psicológicas, sociais e institucionais que atravessam suas experiências.

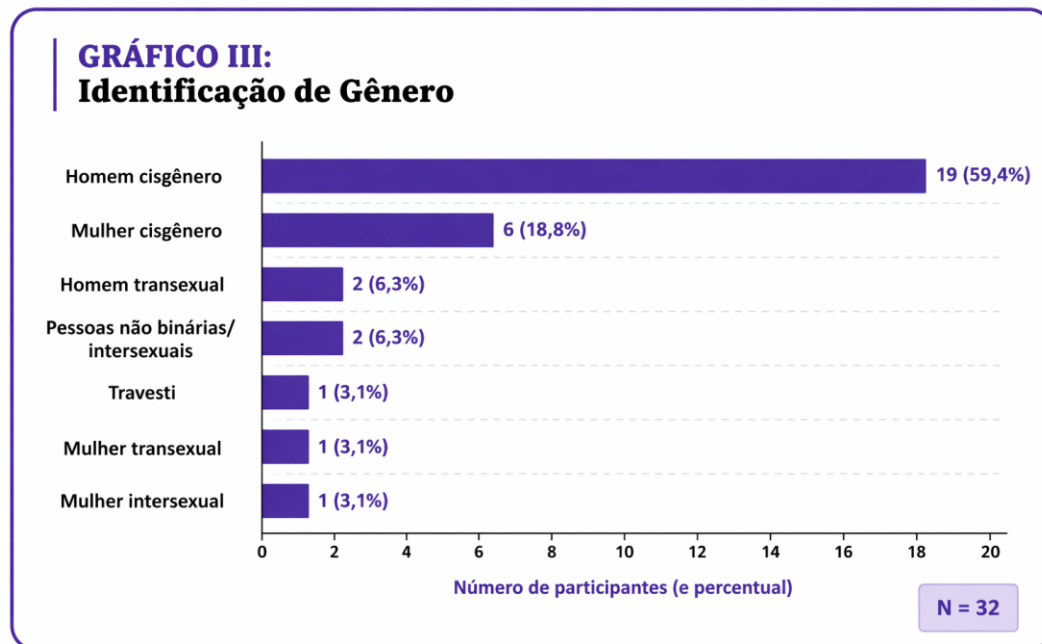
Por outro lado, a baixa representatividade de pessoas idosas LGBTQIAPN+ aponta para processos históricos de silenciamento e invisibilização. Como discute Judith Butler, as normas que regulam gênero e sexualidade produzem zonas diferenciadas de reconhecimento, nas quais determinadas existências tornam-se inteligíveis, enquanto

outras são relegadas à abjeção (Butler, 1993). Nesse sentido, sujeitos pertencentes a gerações anteriores foram socializados em contextos mais repressivos, nos quais a dissidência de gênero e sexualidade era frequentemente patologizada, criminalizada ou moralmente condenada, dificultando tanto a autoidentificação quanto a denúncia das violências sofridas.

Além disso, a ausência de sujeitos mais velhos pode estar relacionada à escassez histórica de políticas públicas, espaços de acolhimento e práticas clínicas sensíveis a essa população, o que contribui para a permanência de trajetórias marcadas pelo silenciamento. Em consonância com essa análise, Carvalho (2023) aponta que as subjetividades dissidentes são atravessadas por marcadores históricos interseccionais que condicionam não apenas a forma como os sujeitos vivenciam suas experiências, mas também suas possibilidades de resistência e enunciação.

Sob uma perspectiva existencial, pode-se afirmar que tais dados revelam desigualdades concretas na possibilidade de vivência do gênero e da sexualidade enquanto devir. Conforme Kierkegaard, a existência implica abertura de possibilidades; contudo, essas possibilidades são socialmente mediadas e, muitas vezes, restringidas por estruturas normativas que limitam o campo do possível (Kierkegaard, 1844). Assim, sujeitos de gerações mais antigas tiveram, e ainda têm, menos condições históricas de experienciar esse devir de forma livre. Dessa forma, o gráfico não apenas apresenta uma distribuição etária, mas explicita desigualdades no acesso ao reconhecimento, à escuta e à legitimidade das existências LGBTQIAPN+, reforçando a necessidade de ampliação de práticas clínicas e políticas públicas que contemplem, de forma mais efetiva, a população idosa dissidente de gênero e sexualidade, vamos ao gráfico 3.

Gráfico 3 – Identificação de Gênero



Fonte: Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 15).

Fonte: Produzido pelos autores.

O gráfico evidencia uma desigualdade significativa na distribuição das identidades de gênero, com predominância de homens cisgênero (59,4%) e, em menor proporção, mulheres cisgênero (18,8%), enquanto pessoas trans, travestis, intersexo e não binárias aparecem com baixa representatividade. Essa assimetria revela não apenas um dado quantitativo, mas a existência de hierarquias de visibilidade, inclusive no interior da

própria população LGBTQIAPN+, indicando que algumas identidades são mais reconhecidas socialmente do que outras.

Essa diferença pode ser compreendida à luz das normas que regulam gênero e sexualidade. Como aponta Judith Butler, tais normas produzem níveis distintos de inteligibilidade, legitimando certas existências enquanto relegam outras à marginalização (BUTLER, 1993). Nesse sentido, mesmo entre sujeitos dissidentes, aqueles mais próximos da cisgeneridade tendem a ocupar maior espaço de reconhecimento, enquanto identidades trans, travestis e intersexo permanecem mais vulneráveis a processos de invisibilização e exclusão.

Corroborando essa análise, Gomes (2021) destaca que essas populações são frequentemente atravessadas por estigmatizações e representações estereotipadas, o que intensifica sua vulnerabilidade social. Assim, o gráfico não apenas apresenta dados, mas explicita os efeitos de estruturas históricas e sociais que limitam o reconhecimento e a legitimidade dessas existências, reforçando a necessidade de ampliar espaços de escuta e práticas comprometidas com a equidade e a diversidade.

## 4.2 Principais formas de violência sofrida pelos entrevistados

O livro apresenta 32 entrevistas semiestruturadas, organizadas em uma espécie de “mosaico de histórias”, no qual diferentes narrativas de vida se entrelaçam para evidenciar experiências de violência e resistência. A partir da análise dessas entrevistas, foi possível identificar quatro categorias principais de violência: física, psicológica, sexual e contra si mesmo. Dentre elas, a violência psicológica se destacou como a mais recorrente, estando presente em todos os relatos analisados. Em seguida, aparecem as violências contra si e física, enquanto a violência sexual surge de forma menos frequente, sendo identificada em apenas um dos casos.

Ao compreender o gênero como uma construção histórica, torna-se possível identificar que essas violências estão profundamente relacionadas a uma herança cultural marcada por perspectivas essencialistas, biologizantes e de matriz judaico-cristã, que estruturam normas rígidas sobre corpo, identidade e sexualidade (Pifani; Toledo, 2012). Tais normativas operam como dispositivos de regulação social, produzindo exclusões e violências direcionadas àqueles que não se enquadram nos padrões hegemônicos. Esse cenário se materializa de forma evidente nos relatos analisados, especialmente no que diz respeito à violência psicológica.

### 4.2.1 Violência psicológica

A violência psicológica, presente em todos os depoimentos, manifesta-se por meio de discursos, práticas e interações que produzem medo, vergonha, silenciamento e desvalorização das subjetividades dissidentes. Como evidenciado nos relatos, essa violência pode ocorrer tanto no ambiente familiar quanto em espaços públicos e institucionais:

As pessoas não dão tanta importância à violência psicológica. Meus pais não chegaram a me bater, a me agredir fisicamente, mas imagina conviver com pessoas, por anos e anos, todos os dias, com medo, (CFP, 2019, p.155).

discurso deles era voltado para o sentido de que eles nunca seriam felizes (por eu ser gay), que eu nunca seria feliz, que as pessoas são muito preconceituosas, que o restante da família nunca iria aceitar, que eu seria a vergonha da família (CFP, 2019, p.51).

“As pessoas no meio da rua me agrediam com palavras, tirando piadinhas, era “viadinho”, “mulherzinha”, “entra no meu carro para eu poder te comer”. (CFP, 2019, p.22).

As manifestações se alinham à definição proposta por Gomes (2021), que compreende a violência psicológica como práticas verbais e simbólicas que visam humilhar, aterrorizar, restringir ou isolar o sujeito.

À luz da Psicologia Existencial, especialmente a partir de Søren Kierkegaard, essas experiências podem ser compreendidas como atravessadas pelas condições históricas e sociais que moldam a existência. Conforme discutido por Feijoo (2016), o indivíduo está sempre em relação consigo e com o mundo, sendo afetado pelas tramas políticas e culturais de seu tempo. Nesse contexto, quando o sujeito é pressionado a se adequar às normas sociais, há o risco de perder sua singularidade, configurando aquilo que Kierkegaard denomina como desespero, uma “má relação” do indivíduo consigo mesmo (Kierkegaard, 2022, p.46). Assim, o papel da psicologia, especialmente no campo clínico, consiste em não reforçar tais normatividades, mas em possibilitar um espaço de escuta e acompanhamento que favoreça a apropriação de si, auxiliando o sujeito no processo de reconhecimento e reconstrução de sua própria existência.

#### 4.2.2 Violência física

A análise das entrevistas evidencia que a violência física aparece, majoritariamente, ancorada no ambiente familiar, revelando que a família, historicamente concebida como espaço de proteção, também se constitui como locus de reprodução de normas e violências. Como indicam os relatos:

Ela (a mãe) me bateu muito [...] tudo o que ela tinha na mão [...] ela atirou em mim (CFP, 2019, p.43);

“Ele (o pai) me esmurrava em casa” (CFP, 2019, p.44); e “Ele (o irmão) me agredia [...] para mostrar que ‘não era igual a ela’” (CFP, 2019, p.46).

Além do espaço doméstico, a violência também emerge em instituições que deveriam operar como cuidado, como no relato:

No hospital psiquiátrico [...] fui amarrado com camisa de força (CFP, 2019, p.92).

Tais dados corroboram Gomes (2021), ao apontar que a violência física contra pessoas LGBTQIAPN+ é frequentemente atravessada por dinâmicas familiares de rejeição e por dispositivos institucionais que historicamente patologizaram essas existências. Assim, o corpo dissidente torna-se alvo de disciplinamento, evidenciando a materialização concreta das normas de gênero.

#### 4.2.3 Violência contra si mesmo

No que se refere à violência contra si mesmo, observa-se um processo de interiorização dessas normativas e violências sociais, conforme discutido por Pifani e Toledo (2012). Os relatos evidenciam práticas autolesivas e ideação suicida:

fiz um jejum de três dias para deixar de ser gay (CFP, 2019, p.84);

cheguei a pensar no suicídio (CFP, 2019, p.127);

quando eu me cortava, esquecia a dor (CFP, 2019, p.128);

tentando me matar [...] porque eu não queria estar ali (CFP, 2019, p.135).

Essas experiências indicam que a violência deixa de ser apenas externa e passa a operar como autoviolência, revelando o impacto subjetivo da rejeição social. Nesse

mesmo eixo, destaca-se a supercompensação, entendida como uma tentativa de adequação às normas:

“você tenta ser a melhor versão de si e nunca é suficiente” (CFP, 2019, p.48); “eu sempre dei tudo [...] e vocês me recusam” (CFP, 2019, p.50);

vivi anos tentando agradar minha família (CFP, 2019, p.115).

Tais dinâmicas podem ser compreendidas, à luz de Kierkegaard, como expressões do desespero, isto é, a ruptura da relação do indivíduo consigo mesmo, marcada pelo desejo de não ser aquilo que se é (Kierkegaard, 2022). O sujeito, ao internalizar a negação social, passa a rejeitar o próprio si-mesmo, evidenciando uma existência tensionada entre imposição normativa e possibilidade de ser.

#### **4.2.4 Violência sexual**

Por fim, a violência sexual aparece de forma pontual nas entrevistas, sendo identificada em um único relato:

um cara passou a mão [...] para saber de que sexo eu era (CFP, 2019, p.21).

Ainda que quantitativamente menos expressiva, sua presença revela práticas invasivas e violadoras, marcadas pela tentativa de controle e verificação dos corpos dissidentes. Contudo, chama atenção o fato de que, mesmo com baixa incidência nos relatos, profissionais da psicologia frequentemente associam a dissidência sexual a experiências de abuso, induzindo memórias que nem sempre correspondem à vivência dos sujeitos.

Tal postura, como problematiza Vieira (2020), evidencia um movimento de antecipação interpretativa, no qual se busca confirmar hipóteses prévias em detrimento da escuta do sujeito. Essa conduta entra em desacordo com a Conselho Federal de Psicologia, especialmente com a Resolução nº 01/1999, que estabelece que a homossexualidade não deve ser tratada como doença, desvio ou patologia. Dessa forma, os dados analisados reforçam a necessidade de uma prática clínica ética, comprometida com a escuta singular e com o rompimento de leituras normativas que historicamente produziram violências sobre corpos e subjetividades dissidentes.

#### **4.3 Ambientes onde as violências estiveram mais presentes**

As violências ocorreram em ambientes diversos. Sendo esses: na rua; escola; faculdade; centro religioso; clínica psiquiátrica; clínica de psicologia; ambiente familiar. Duarte (2017), em sua pesquisa, discorre sobre esses espaços ao repensar a bipolaridade e o dispositivo da sexualidade, tendo como base a teoria foucaultiana, entende que “a sexualidade constitui solo fértil para compreender a potência ético-política” (p.254) onde os sujeitos que mantêm práticas que fogem do padrão naturalizado nas normas sociais hegemônicas são reconhecidos como algo não totalmente humano, logo sendo alvo de constantes violências e discriminações.

Em suma, no interior do dispositivo da sexualidade, o aspecto que ganha relevo e importância na ordem dos saberes e dos poderes é a sexualidade enquanto universo profuso de perversões, motivo pelo qual saturam-se sexualmente os espaços da escola, dos consultórios médicos, psicológicos, psicanalíticos e psiquiátricos, da prisão, dos sanatórios e da própria família burguesa (Duarte, 2017, p.256)

Assim, ao que podemos observar nos relatos, o ambiente onde mais ocorreu violência foi o familiar, seguido de centros religiosos, clínicas psicológicas e clínicas psiquiátricas respectivamente. Sendo possível perceber nos seguintes relatos:

ficavam parados na frente da escola esperando eu sair para poder bater em mim (CFP, 2019, p.25);

os alunos começaram a jogar papel em mim, jogar lixo em cima de mim (CFP, 2019, p.26);

e as pessoas ficarem me agredindo na rua, me apedrejarem (CFP, 2019, p.23);

“o preconceito é muito grande”. Só que o preconceito maior é o de dentro de casa” (CFP, 2019, p.49).

A partir dos relatos analisados, torna-se possível aprofundar a compreensão daquilo que Pifani e Toledo (2012) denominam como uma classificação piramidal discriminatória, na qual as identidades dissidentes de gênero e sexualidade são sistematicamente posicionadas na base de uma hierarquia social. Essa posição não se limita a um lugar simbólico, mas se materializa na restrição de direitos, no não reconhecimento de suas existências como legítimas e na negação de condições básicas de saúde mental, mobilidade social e apoio institucional. Assim, a violência não se apresenta como evento isolado, mas como efeito contínuo de uma estrutura que regula quem pode existir de forma reconhecida e quem deve ser corrigido, silenciado ou excluído.

Nesse cenário, a violência psicológica aparece profundamente atravessada por discursos morais de matriz judaico-cristã, que operam como dispositivos de normalização e culpabilização. Os relatos evidenciam a utilização da religião, inclusive no contexto clínico, como instrumento de regulação das subjetividades:

Eles liam muitos versículos da Bíblia [...] que o homem casa com a mulher (CFP, 2019, p.93);.

ou ainda quando a psicóloga mobiliza esse discurso:

o homem nasceu para a mulher [...] eu me sentia isolada, sem nenhuma referência (CFP, 2019, p.146).

Tais práticas revelam uma ruptura ética no campo da psicologia, ao deslocar o cuidado para um lugar normativo e moralizante. À luz de Judith Butler, esses discursos funcionam como normas regulatórias que produzem inteligibilidade, ao mesmo tempo em que excluem aqueles que não se enquadram na matriz heterocisnormativa (Butler, 1993). Assim, a violência psicológica não apenas fere, mas constitui o sujeito na medida em que o interpela como inadequado, errado ou inexistente.

Além disso, os relatos evidenciam um processo intenso de internalização da culpa, no qual o sujeito passa a operar contra si mesmo:

a gente fica o tempo todo se culpando [...] eu sou errado (CFP, 2019, p.151).

Esse movimento pode ser compreendido, em diálogo com Kierkegaard, como expressão do desespero, não apenas como sofrimento, mas como uma cisão na relação do indivíduo consigo mesmo, marcada pelo não querer ser aquilo que se é (Kierkegaard, 2022). Quando o meio social nega a possibilidade de existência legítima, o sujeito internaliza essa negação, passando a viver em constante tensão entre o que é e o que lhe é permitido ser. Desse modo, a violência psicológica, atravessada por discursos religiosos e normativos, não apenas oprime externamente, mas produz efeitos profundos na constituição do si-mesmo, evidenciando a necessidade de práticas clínicas que rompam com tais dispositivos e sustentem a possibilidade de existência em sua singularidade.

Em sua maioria, os entrevistados foram vistos por amigos, familiares, psicólogos e líderes religiosos, enquanto passavam por um “desvio da normalidade” ou uma “fase”. Sendo possível identificar essa realidade a partir de falas da seguinte ordem:

“Mas você não é viado, você não é gay, você é hétero. É só uma fase que você está passando.” (CFP, 2019, p.32) (fala da amiga).

Ela (psicóloga do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial) disse que a gente escolhe se o nosso parceiro vai ser homem ou mulher porque Deus fez o homem e a mulher. Se você escolhe entre um homem e uma mulher, isso não é algo natural. (CFP, 2019, p.164);

Ela (a psicóloga) falava que eu tinha que passar por essa fase, que eu tinha que construir família, que eu tinha que sair mais com pessoas evangélicas. Ela chegou a dizer que talvez fosse o meu convívio, as pessoas com quem eu estava convivendo que estavam me trazendo isso, que eu tinha que mudar de amigos. (CFP, 2019, p.72).

O caráter de normalidade presente nos relatos, da visibilidade ao fator histórico que considerar unicamente uma ideia binária e essencialista de gênero e, julga tudo o que sai desse limite, como doentio ou demoníaco; o que volta para a teoria piramidal, substituindo a “prática sexual por si mesma” por uma “identidade homossexual como essência” logo, classificada como inferior e sendo privada de direitos básicos (Pifani, Toledo, 2012).

Os relatos evidenciam que, em grande parte das experiências narradas, a singularidade dos sujeitos foi reduzida a explicações simplificadoras, ancoradas em discursos religiosos ou em determinismos familiares. A homossexualidade e as dissidências de gênero aparecem, nesses enunciados, como “problema espiritual”, “influência demoníaca” ou resultado de uma “estrutura familiar inadequada”:

era coisa do demônio (CFP, 2019, p.155);

isso é uma mentira do diabo (CFP, 2019, p.34);

advindo de uma relação inadequada com o pai (CFP, 2019, p.58);

mãe superprotetora e pai ausente (CFP, 2019, p.60).

Tais interpretações revelam uma tentativa de enquadrar a experiência dissidente em uma lógica causal linear, na qual o sujeito é reduzido a efeito de uma origem supostamente identificável e corrigível. Essa racionalidade pode ser compreendida como expressão de um modelo essencialista e normativo que busca restaurar a ordem heterocisnormativa por meio da patologização ou moralização das diferenças.

Em diálogo com Judith Butler, esses discursos funcionam como mecanismos de regulação que produzem inteligibilidade ao mesmo tempo em que excluem: ao nomear a dissidência como erro, doença ou desvio, estabelecem os limites do que pode ser reconhecido como vida legítima (Butler, 1993). Assim, não se trata apenas de explicações equivocadas, mas de dispositivos de poder que produzem sujeitos abjetos, cuja existência é constantemente colocada sob suspeita.

No campo da psicologia, essas narrativas também revelam aquilo que Kierkegaard criticava como a tentativa de reduzir a existência a categorias explicativas próprias das ciências naturais. Conforme discutido por Vieira (2020), essa perspectiva busca enquadrar o existir em relações de causa e efeito, seja por meio de explicações fisiológicas, empíricas ou familiares, desconsiderando a complexidade e a abertura do existir humano. Para Kierkegaard, o indivíduo não pode ser plenamente compreendido por determinações externas, pois sua existência é marcada pela possibilidade, pela escolha e pela singularidade. Quando a psicologia adere a explicações deterministas, ela corre o

risco de negar o si-mesmo do sujeito, substituindo sua experiência por diagnósticos prévios.

Desse modo, ao afirmar que a dissidência de gênero ou sexualidade é produto de “falhas” familiares ou de forças externas como o “demônio”, essas práticas não apenas simplificam a experiência, mas produzem uma ruptura na relação do sujeito consigo mesmo. Tal movimento aproxima-se do conceito de desespero em Kierkegaard, entendido como uma má relação do indivíduo com o próprio si, isto é, o não reconhecimento ou a negação de si enquanto possibilidade singular (Kierkegaard, 2022). Assim, mais do que interpretações equivocadas, esses discursos operam como formas de violência simbólica que impedem o sujeito de se constituir em sua autenticidade, reforçando a necessidade de uma prática psicológica que se afaste do determinismo e se comprometa com a escuta da existência em sua pluralidade.

#### 4.4 Principais infrações cometidas por profissionais de psicologia para com a população LGBTQIAPN+

A análise dos relatos evidencia que as chamadas práticas de “acolhimento” operaram, na realidade, como dispositivos de normalização e correção das subjetividades dissidentes, ancorados em discursos religiosos, morais e cientificistas. As propostas de “cura” e “reversão”, como terapias reparatórias, uso de textos bíblicos ou intervenções comportamentais, revelam uma tentativa sistemática de enquadrar o sujeito em um modelo heterocisnormativo previamente estabelecido, como se observa nas falas:

Meu pai encontrou um psiquiatra religioso na cidade, que era psiquiatra e também acho que era psicoterapeuta. É possível isso, não é? E ele dizia que fazia o tratamento de ‘cura gay’ (CFP, 2019, p.85);

Eu estou como psicóloga para te ajudar, eu vou oferecer maneiras de você lidar com isso, de você gostar de meninas, de você se comportar como homem. A gente tem como construir isso com você. Eu vou te propor coisas e você vai fazer, e você vai ver que você vai mudar. (CFP, 2019, p.90);

Na época, ela (a psicóloga) tinha uma apostila de como a gente se libertar (CFP, 2019, p.93).

Tais práticas evidenciam uma atuação que não reconhece a singularidade do sujeito, mas busca ajustá-lo à norma, operando como aquilo que Judith Butler compreende como matriz regulatória, que define quais existências são inteligíveis e quais devem ser corrigidas (Butler, 1993).

Nesse contexto, a atuação de psicólogos e psiquiatras revela uma ruptura ética ao substituir a escuta pela imposição de valores e interpretações prévias. Ao recorrer a discursos religiosos, patologizantes ou normativos, esses profissionais deixam de sustentar um espaço clínico de acolhimento e passam a operar como agentes de regulação social. Isso se evidencia nos relatos:

A psicóloga começou invocar alguns trechos da Bíblia, falando sobre o mito da criação, sobre o papel da mulher, sobre as convicções (CFP, 2019, p.102);

A (psicóloga) continuou o acompanhamento comigo, me ligava, perguntava como eu estava, dizia que eu tinha que orar, que a responsabilidade da cura era minha (CFP, 2019, p.108);

Essa psiquiatra, eu entrei em choque com ela justamente por isso, porque ela ia contra as minhas ideias. Tudo aquilo do meu íntimo ela era contra, entendeu? (CFP, 2019, p.91).

Tais condutas violam diretamente os princípios estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, tanto no Código de Ética (2005) quanto na Resolução nº 01/1999, que vedam práticas de patologização e indução de convicções no exercício profissional. Essa dinâmica produz aquilo que pode ser compreendido como uma clínica aniquiladora, na qual o sujeito não encontra reconhecimento, mas deslegitimação de sua experiência. Como apontam os entrevistados:

parece que ela (a psicóloga) não estava ouvindo. Ela não estava me ajudando. Ela só queria debater que eu não poderia fazer aquilo (CFP, 2019, p.120);

Isso também ia me deixando com muita raiva, porque eu não tinha diálogo. Tudo o que eu falava era deslegitimado porque eu sempre era a louca da história. (CFP, 2019, p.62);

Ela (a psicóloga) em nenhum momento chegou para mim e falou 'é errado'. Mas ela confrontava a minha vida, colocava a minha vida como ilegítima (CFP, 2019, p.101).

À luz da crítica de Kierkegaard, essa prática pode ser compreendida como efeito de uma psicologia que se aproxima de modelos deterministas e normativos, reduzindo o existir a categorias prévias e desconsiderando a singularidade do sujeito (Vieira, 2020). Ao impor sentidos, a clínica impede que o indivíduo se relacione consigo mesmo de forma autêntica, produzindo o que Kierkegaard denomina desespero, uma ruptura na relação do si consigo mesmo (Kierkegaard, 2022).

Em contraponto, a prática clínica existencial, inspirada em Kierkegaard, propõe um deslocamento ético fundamental: da correção para a escuta, da norma para a singularidade, da imposição para o acompanhamento. Como destacam Feijoo e Protasio (2011), o método indireto se apresenta como via privilegiada, na medida em que não impõe respostas, mas possibilita que o sujeito se aproxime de sua própria experiência. Nesse sentido, a clínica deve sustentar um espaço de abertura, no qual o indivíduo possa elaborar seu sofrimento e construir sentidos a partir de si, reconhecendo sua existência como legítima. Assim, frente às práticas aniquiladoras evidenciadas, torna-se urgente afirmar uma clínica ética, sensível e comprometida com a liberdade do existir, que não normalize, mas acolha a pluralidade das experiências humanas.

## **5 Considerações finais**

A partir dos achados desta pesquisa, foi possível identificar a persistência de fatores de discriminação social e de múltiplas formas de violência dirigidas à população LGBTQIAPN+, associados à herança de concepções essencialistas e biologizantes de gênero, ainda presentes no contexto sociocultural. Tais concepções contribuem para a manutenção de práticas excludentes, manifestadas por meio de diferentes formas de violência, dentre as quais se destaca a violência psicológica, física, autodirigida e sexual, sendo esta a mais recorrente nos casos analisados.

Observou-se, ainda, que a discriminação, fortemente vinculada a uma cultura homofóbica, se expressa em diversos contextos sociais. Destacam-se, nesse sentido, o ambiente familiar, instituições religiosas e serviços de saúde, incluindo clínicas psicológicas e psiquiátricas, como espaços nos quais tais violências são frequentemente reproduzidas. Ademais, a análise evidenciou a ocorrência de condutas profissionais, no âmbito da Psicologia, em desacordo com os princípios éticos da profissão, especialmente quando estas contribuem para a reprodução de estigmas e a patologização de identidades não heteronormativas.

Os profissionais em questão, apresentaram uma prática que encara a não heteronormatividade enquanto uma perturbação de personalidade, ou propuseram intervenções de mudança de orientação sexual. Condutas essas dissonantes ao Código de Ética do Profissional de Psicologia e da Resolução nº 01/1999 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão de orientação sexual.

Diante desses achados, reafirma-se a importância de desenvolver uma prática clínica psicológica sensível às subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade da população LGBTQIAPN+. Retoma-se, assim, a questão norteadora desta pesquisa: como pensar e fomentar práticas clínicas experimentam-tes e sensíveis às vivências da população LGBTQIAPN+?

Em resposta, destaca-se a necessidade de uma atuação profissional rigorosamente ética e alinhada às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, aliada à incorporação de uma abordagem teórico-prática de orientação existencial, denominada “experimenta-te”. Tal perspectiva busca compreender gênero e sexualidade como construções performativas e historicamente situadas, afastando-se de concepções essencialistas e naturalizantes. Desse modo, pretende-se contribuir para a consolidação de práticas clínicas mais críticas, éticas e sensíveis às experiências de sujeitos LGBTQIAPN+.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Rubem Viana de. **Entre os sentidos do dito, do vivido e do silenciado: as percepções/ações dos/as estudantes em exercício docente do Curso de Pedagogia da UFPE/CAA sobre LGBTfobias na escola**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Centro acadêmico do Agreste -CAA. Núcleo de Formação Docente – NFD. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP\\_TentativasAniquilamento\\_WEB\\_FINAL.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf). Acesso em: 12 abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/1999**. Brasília, 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 12 abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2026.

DE MARCA, R. G. C. Apontamentos sobre uma clínica psicológica existencial inspirada em Kierkegaard: a Psicologia “Experimentante” e seus modos de ver à margem. **Revista Instante**, v. 6, n. esp., p. 152–171, 2024.

DUARTE, André de Macedo. Reler Foucault à luz de Butler: repensar a biopolítica e o dispositivo da sexualidade. **Revista dois pontos**, v. 14, n. 1, p. 253–264, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/dp.v14i1.56552>.

FEIJOO, Ana Maria Lóssio C.; PROTASIO, Maria M. Análise existencial: uma psicologia de inspiração kierkegaardiana. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 3, p. 72–88, 2011.

FEIJOO, Ana Maria Lóssio C. **Søren Kierkegaard: o despontar da sociedade de massa e suas determinações na constituição do indivíduo**. Ítaca, Rio de Janeiro, n. 30, p. 123–138, 2017. DOI: <https://doi.org/10.59488/itaca.v0i30.10101>.

FRIEDMAN, Marilyn. **Autonomy, gender, politics**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GERMANO, R. B. C. **Existência na paciência: uma introdução no pensamento de S. A. Kierkegaard**. João Pessoa, 2014.

GOMES, M.; BRUN, T. G.; ZANON, P. B.; MOREIRA, S. X.; ANVERSA, E. T. R. A violência para com as pessoas LGBT: uma revisão narrativa da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 13903–13924, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n3-327>.

KIERKEGAARD, Søren. **O conceito de angústia: uma simples reflexão psicológico-demonstrativa direcionada ao problema dogmático do pecado hereditário**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KIERKEGAARD, Søren. **A doença para a morte**. Petrópolis: Vozes, 2022.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. **Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas**. Lisboa, 2009. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/diversidade-e-psicoterapia.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2026.

NODARI, Paulo César. A doutrina das ideias em Platão. **Síntese: Revista de Filosofia**, p. 359–374, 2004. DOI: <https://doi.org/10.20911/21769389v31n101p359-374/2004>.

PINAFI, T.; TOLEDO, L. G. **A clínica psicológica e o público LGBT**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 137–163, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100010>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, 1995.

SOBRAL, A. P. A. **Quanto ao futuro: do feminino mais além do falo à escrita feminina em Clarice Lispector**. Curitiba, 2019.

TEIXEIRA, Natália Mendes. A psicologia experimentando de Kierkegaard como resposta à psicologia empírica e à experimentelle psychologie. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 22, n. 1, p. 144–156, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/2605>. Acesso em: 12 abr. 2026.

VIEIRA, Maitê Sartori. A angústia e o despertar da liberdade: indicações para uma psicologia clínica próxima à existência. **Revista Filosófica São Boaventura**, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistafilosofica.saoboaventura.edu.br/filosofia/article/view/104>. Acesso em: 12 abr. 2026.

## Editorial

### Editor-chefe:

Vicente de Paulo Augusto de Oliveira Júnior  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[vicente.augusto@wyden.edu.br](mailto:vicente.augusto@wyden.edu.br)

### Editora responsável:

Ozângela de Arruda Silva  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[ozangela.arruda@wyden.edu.br](mailto:ozangela.arruda@wyden.edu.br)

### Autor(es):

Dárya Willyanne de Moura Cezario da Silva  
Centro Universitário Favip Wyden  
[daryawillyanne4@gmail.com](mailto:daryawillyanne4@gmail.com)

Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

Rubem Viana de Carvalho  
Universidade Federal de Pernambuco  
[rubem.viana@ufpe.br](mailto:rubem.viana@ufpe.br)

Contribuição: *Investigação, orientação, escrita e desenvolvimento do texto.*

**Submetido em:** 08.12.2025

**Aprovado em:** 30.12.2025

**Publicado em:** 12.10.2026

**DOI:** 10.5281/zenodo.23325522

Financiamento:

### Como citar este trabalho:

SILVA, Dárya Willyanne de Moura Cezario da; CARVALHO, Rubem Viana de. PENSANDO UMA CLÍNICA PSICOLÓGICA SENSÍVEL ÀS SUBJETIVIDADES DISSIDENTES DE GÊNERO E SEXUALIDADE LGBTQIAP+ . **Duna: Revista Multidisciplinar de Inovação e Práticas de Ensino**, [S. l.], p. 76–97, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.23325522. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/jornadacientifica/article/view/1236>. Acesso em: 12 out. 2026. (ABNT)

Silva, D. W. de M. C. da, & Carvalho, R. V. de. (2026). PENSANDO UMA CLÍNICA PSICOLÓGICA SENSÍVEL ÀS SUBJETIVIDADES DISSIDENTES DE GÊNERO E SEXUALIDADE LGBTQIAP+ . Duna: Revista Multidisciplinar De Inovação E Práticas De Ensino, 76–97. <https://doi.org/10.5281/zenodo.23325522> (APA)



© 2026 Duna – Revista Multidisciplinar de Inovação e Práticas de Ensino. Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden. Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons* Atribuição - Não comercial - Compartilhar 4.0 Internacional CC-BY NC 4.0 Internacional).